

IV

PRÁTICAS TRANSNACIONAIS DOS IMIGRANTES CABO-VERDIANOS EM PORTUGAL³⁸

PEDRO GÓIS

*Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto**Centro de Estudos Sociais*

JOSÉ CARLOS MARQUES

*Escola Superior de Educação e Ciências Sociais – Instituto Politécnico de Leiria**Centro de Estudos Sociais*

1. Introdução

Desde os anos 90 que a literatura sobre o transnacionalismo tem crescido na comunidade científica tendo-se transformado numa *buzzword* para as migrações contemporâneas. A pesquisa em ciências sociais, no entanto, ainda não concretizou empiricamente o que há de novo nas migrações contemporâneas que mereça ser tratado de forma diferenciada do que as teorias migratórias sempre fizeram. Os contributos teóricos sobre transnacionalismo e práticas transnacionais traduzem, na sua ampla maioria, a ausência de conhecimento empírico sobre práticas transnacionais e sobre a sua relevância. No projecto de investigação que subjaz a este artigo um dos objectivos era o de descrever a realidade social das práticas transnacionais dos migrantes numa base comparada, combinando a interferência e interacção dos países emissores e receptores com as comunidades estudadas. Neste projecto ensaiou-se uma mensuração das práticas transnacionais em diferentes esferas sociais (e.g. economia, política, cultura, etc.) procurando aquilatar a sua importância. No sentido de obter uma descrição das práticas transnacionais dos cabo-verdianos em Portugal combinaram-se três tipos de metodologias: análise documental; entrevistas a informadores privilegiados; e entrevistas a migrantes transnacionais. A compreensão da fraqueza dos indicadores de transnacionalismo é analisada tendo como pano de fundo a história e dinâmica do fluxo migratório cabo-verdiano para Portugal.

O objectivo central deste texto consiste, assim, em apresentar as diferentes formas de relacionamento dos migrantes com o seu país de origem, identificando aquelas que podem ser vistas com actividades transnacionais³⁹. A análise dos movimentos migratórios no sentido de averiguar

³⁸ Este texto apresenta resultados do projecto “Práticas Transnacionais dos Migrantes na Europa Ocidental”, projecto apoiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (POCI/SOC/55646/2004) e coordenado cientificamente pela Prof. Doutora Maria Ioannis Baganha. Os autores agradecem a Carlos Elias Barbosa, bolsheiro de investigação no projecto, toda a ajuda prestada.

³⁹ Os autores reconhecem que somente num sentido bastante amplo é que algumas das actividades desenvolvidas pelos migrantes poderão ser designadas de transnacionais. Trata-se, contudo, de práticas que assumem um importante papel de manutenção e intensificação das relações entre os migrantes e o seu país de origem, enquadrando-se, portanto, na lógica da definição de transnacionalismo.

as diferentes dimensões consideradas relevantes sustentará a identificação de práticas transnacionais que, a diferentes níveis, se desenvolvem entre o grupo de migrantes estudado. Atendendo a que o surgimento e evolução destas práticas é influenciado pelo contexto em que ocorrem os fluxos migratórios e pelo volume relativo do conjunto de imigrantes, o artigo começa por apresentar, de forma necessariamente breve, a história e a dinâmica dos movimentos migratórios cabo-verdianos para Portugal. Numa segunda parte, a atenção recairá sobre a descrição das actividades realizadas pelos migrantes e observadas no decurso do trabalho empírico do projecto (2005-2007).

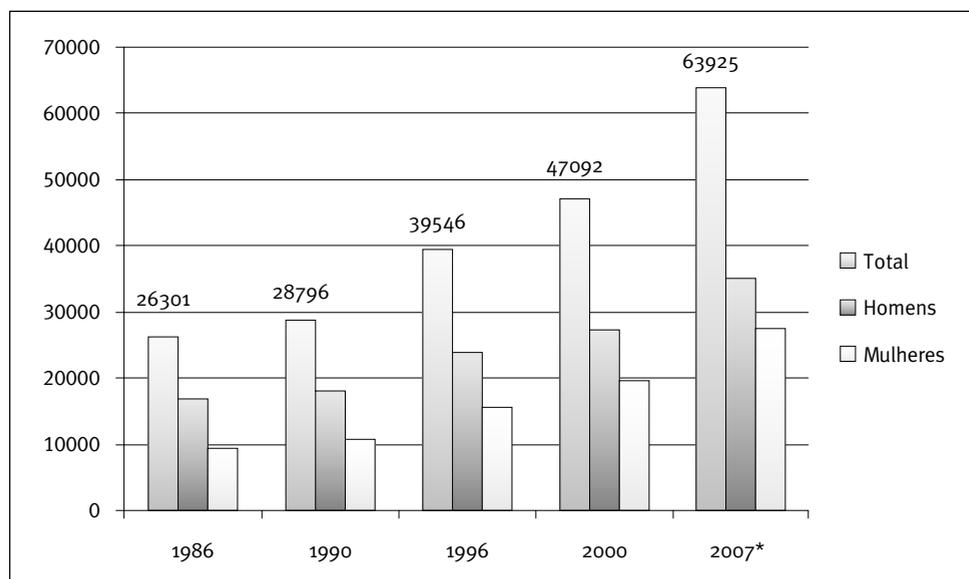
2. Características gerais da imigração cabo-verdiana para Portugal

As origens da imigração cabo-verdiana em Portugal podem ser encontradas nos anos 60, altura em que migram para a (então) metrópole um número significativo de trabalhadores cabo-verdianos para laborarem no sector mineiro, na construção civil e obras públicas.⁴⁰ Estes cabo-verdianos chegam a Portugal contratados como mão-de-obra de substituição, suprimindo a mão-de-obra local que, por sua vez, emigrara para outros países europeus (por exemplo, França ou Alemanha) ou para colmatar a ausência dos soldados que foram enviados, compulsivamente, para a guerra colonial. Ao seu modo, funcionaram como trabalhadores convidados e vieram substituir os emigrantes portugueses que se transformaram em *guest workers* nos países da Europa Central ou do Norte. Estes imigrantes originários de Cabo Verde inseriram-se nos sectores da economia que, à época, mais carentes estavam de mão-de-obra, maioritariamente, no sector da construção civil e obras públicas. A elevada concentração geográfica nos distritos de Lisboa e de Setúbal apresenta-se, desde o início, em torno dos 85% a 90% da população cabo-verdiana total residente em Portugal.

⁴⁰ A emigração de cabo-verdianos para Portugal insere-se num contexto mais vasto da emigração cabo-verdiana. De facto, Portugal, a exemplo de outros países europeus, só após a II Guerra Mundial se tornou um destino migratório para os cabo-verdianos. Na época contemporânea podemos dividir a emigração cabo-verdiana contemporânea em três ciclos migratórios distintos: um primeiro ciclo que decorre desde o final do século XIX até às primeiras décadas do século XX e que é marcado por uma corrente emigratória para a América, sobretudo EUA e, simultaneamente, por uma “emigração forçada” para S. Tomé e Príncipe e, em alguns casos, para outras províncias do então Império Colonial Português, designadamente Angola e Guiné-Bissau; um segundo ciclo que vai do final dos anos 20 ao fim da II Guerra Mundial e que mostra duas grandes tendências: uma grande diminuição do número de saídas e um nítido desvio da corrente emigratória para o Brasil, Argentina ou Senegal; um terceiro e último ciclo que arrancou com o final da II Guerra Mundial e prossegue até à actualidade. Neste ciclo os principais destinos de emigração são países europeus: Holanda, Portugal, França, Luxemburgo, Itália, Suíça, Espanha, Alemanha, etc.

FIGURA 4.1

População estrangeira residente em Portugal com nacionalidade cabo-verdiana, segundo o sexo



Fonte: Estatísticas Demográficas; SEF (vários anos)

* Dados provisórios

A comunidade cabo-verdiana actual é o resultado de um somatório de sucessivos fluxos, com diferentes histórias de inserção sócio-económica. Se, como vimos, o primeiro fluxo teve origem nos anos 60, foi nas décadas posteriores que a comunidade se desenvolveu. Nos anos 70, com a independência de Cabo Verde e das outras colónias portuguesas em África, ocorre um repatriamento de cabo-verdianos⁴¹ incluído no movimento de retorno das ex-colónias.⁴² Estes cabo-verdianos, muitos com nacionalidade portuguesa,⁴³ concentraram-se igualmente na Área Metropolitana de Lisboa e, de uma maneira geral, inseriram-se no mercado de trabalho em sectores como o da

⁴¹ Neste repatriamento, ou “retorno” à pátria, os indivíduos com nacionalidade portuguesa, naturais de Cabo Verde ou de ascendência cabo-verdiana, dificilmente podem ser conceptualizados como imigrantes. No entanto, numa análise das migrações de cabo-verdianos para Portugal, este movimento, que tem início em meados da década de 70 e termo nos primeiros anos da década de 80, apresenta-se como crucial na criação e manutenção das redes migratórias que sustentam este fluxo nas últimas duas décadas.

⁴² O número de cabo-verdianos incluído no total de “retornados” é impossível de calcular dada a inexistência de fontes estatísticas credíveis que discriminem os indivíduos naturais de Cabo Verde ou de ascendência cabo-verdiana de entre o total de retornados.

⁴³ O Decreto Lei 308-A/75, de 24 de Julho, vai retirar retroactivamente a nacionalidade portuguesa a muitos destes migrantes cabo-verdianos, transformando-os em imigrantes. Esta lei deixa contudo em aberto a possibilidade de conservar ou obter a nacionalidade portuguesa ao abrigo do seu artigo 5.º. Posteriormente, a Lei da Nacionalidade (Lei n.º 37/81, de 3 de Outubro) vai modificar o princípio de atribuição da nacionalidade do *Jus soli* em favor do *Jus sanguinis*. Só em 1988, no entanto, é que é revogado o DL 308-A/75, de 24 de Julho.

construção civil e obras públicas, os serviços de limpeza industrial e/ou doméstica, ou as vendas ambulantes. Podemos falar deste movimento migratório como um segundo ciclo nas migrações cabo-verdianas para Portugal. O terceiro ciclo de migrações cabo-verdianas para Portugal teve início nos anos 80 e, de certa forma, dá início a uma nova fase na imigração portuguesa, marcada por um forte predomínio de fluxos internacionais de trabalho. As características de inserção espacial e laboral mantiveram-se inalteradas, tendo ocorrido neste período uma tendência para um equilíbrio entre os sexos na imigração cabo-verdiana que se mantém.

A imigração cabo-verdiana para Portugal sintetiza, de um modo particularmente acutilante, a complexidade do processo pós-colonial e a transição de Portugal para país, também, de imigração. Sendo uma imigração já com algumas décadas, reúne distintos tipos de migrantes que, na sua totalidade, não formam uma comunidade homogénea, mas um conjunto que reproduz em Portugal as diferentes estruturas (e.g. de classe, de *status*, etária, de sexo, etc.) do país de origem. O número de migrantes cabo-verdianos (e seus descendentes) residentes em Portugal é uma incógnita mas é, obviamente, superior ao número de indivíduos com nacionalidade cabo-verdiana residentes em Portugal, não sendo ilícito apontar um número entre uma e duas centenas de milhar de indivíduos entre naturais, nacionais e descendentes de cabo-verdianos. Os projectos migratórios dos imigrantes cabo-verdianos em Portugal são, na perspectiva dos próprios, considerados geralmente como temporários de longo prazo e orientados para um regresso ao seu país de origem apenas após a reforma. Na prática, porém, Portugal acaba por funcionar como local de imigração permanente e, mesmo, como local de reforma para muitos cabo-verdianos que se aposentam noutros países europeus e que escolhem não regressar permanentemente a Cabo Verde (Moldes-Farelo, 2000).

3. Novo transnacionalismo ou velhas práticas imigrantes

Ao longo das últimas duas décadas vários autores reflectiram sobre o transnacionalismo⁴⁴ enquanto fenómeno emergente ou como um facto clássico das migrações, que assume, actualmente, uma preponderância maior do que em épocas anteriores (Itzigsohn e Saucedo, 2002). Expressões como “comunidades transnacionais”, “práticas transnacionais”, “imigrantes transnacionais” viram generalizar o seu uso sem que, na maioria dos casos, ao conceito utilizado correspondesse uma empiria verificada. Apesar disso, não se pode negar a importância que vem assumindo este novo olhar sobre as migrações e os imigrantes tendo em vista a compreensão dos movimentos migratórios contemporâneos, assente, desta feita, numa lógica de análise multidireccional complexa. De facto, ao longo das duas décadas, tem-se vindo a assistir a uma mudança no paradigma do estudo das migrações, na análise das comunidades de imigrantes e seus descendentes e no modo como interagem com as sociedades onde se inserem. O modelo

⁴⁴ Segundo este novo paradigma, os imigrantes redefinem, mas não abandonam, os laços que os unem ao país de origem, isto é, não existe um processo de assimilação/incorporação total nos países de destino, mas antes uma partilha complexa entre as duas ou mais sociedades, criando, assim, uma multiplicidade de laços que os ligam ao país de origem em diferentes áreas, que transcendem as fronteiras nacionais e complexificam as suas relações sociais com as sociedades de origem e de destino.

do transnacionalismo obriga a uma mudança de uma lógica de análise de relações unidireccionais simples (origem-destino, migração de retorno, (re)agrupamento familiar, migrações temporárias ou definitivas, etc.) para uma outra mais complexa que envolve migrações circulares, re-emigração, transmigrações, migrações transfronteiriças, comunidades transnacionais, práticas transnacionais, etc.

A origem antropológica do conceito⁴⁵ e a empiria baseada em estudos de caso,⁴⁶ singulares e irrepetíveis, impede que haja actualmente mais do que exemplos isolados de casos particulares. Estes exemplos, que são já suficientes para construir tipologias preliminares e para a criação de novos conceitos categorizadores, não chegam ainda para avaliar a amplitude e evolução do transnacionalismo enquanto facto social. Por outro lado, o facto de as práticas transnacionais serem, de acordo com a maioria dos estudos efectuados, sobretudo um fenómeno da primeira geração de migrantes e de diminuírem ou desaparecerem ao longo das gerações seguintes torna, aparentemente, o transnacionalismo uma etapa intermédia do processo de assimilação. Por último, o transnacionalismo não parece ser um fenómeno novo,⁴⁷ mas, sobretudo devido à influente globalização, o transnacionalismo actual é, aparentemente, diferente do “velho” transnacionalismo (Foner, 1997).

A redução da dimensão relativa do mundo, fruto da contracção das distâncias-tempo e das distâncias-custo, e a facilitação dos fluxos de comunicação permitem que os migrantes mantenham um contacto mais assíduo e denso com as regiões de origem numa nova geografia multipolar. Neste novo modo de organização, uma rede de redes, o local, região ou país de origem desempenha um papel de referência central, real ou imaginária, mas a lógica de relações e de processos sociais complexifica-se, na medida em que cada lugar da rede se relaciona quer com o ponto de origem, quer com outros locais de destino (Malheiros, 2001). Por outro lado, o potencial de contactos, trocas e multi-dependências intensifica-se e democratiza-se, uma vez que a ele podem aceder mais facilmente cada vez mais indivíduos.

Apesar das críticas ao novo olhar proposto pelo transnacionalismo, é de prever que as práticas transnacionais tenham tendência a aumentar. Este fenómeno, segundo Alejandro Portes, “não é propulsionado por razões ideológicas, mas pela própria lógica do capitalismo global, que gera nos países avançados uma procura de mão-de-obra imigrante para segmentos específicos do

⁴⁵ O termo *transnacional* não é recente e é utilizado, por exemplo, no título de um artigo clássico da autoria de Randolph S. Bourne, citado por Portes, publicado em 1916, intitulado “Transnational America”. Depois, o conceito foi utilizado de diversas formas, aludindo, em particular, às actividades das empresas globais (Portes, 2006: 208).

⁴⁶ Baseados em estudos etnográficos, os estudos sobre transnacionalismo têm as suas limitações, para além das vantagens que naturalmente comportam, pelo que vários autores têm insistido na necessidade de se realizarem mais estudos comparativos e quantitativos sobre o fenómeno e, ao mesmo tempo, se encontrar, nos próximos anos, uma abordagem metodologicamente mais diversificada.

⁴⁷ É óbvio que os imigrantes não são os únicos actores transnacionais e que nem todos os imigrantes são transnacionais, contrariando, assim, uma certa ideia inicial dos estudos antropológicos que anunciavam a descoberta “de uma nova roda”. Estudos posteriores vieram demonstrar que só uma minoria dos imigrantes e seus descendentes se caracteriza por um envolvimento regular em actividades transnacionais e que o próprio envolvimento ocasional não constitui uma prática universal.

mercado de trabalho. Este transnacionalismo migrante, e as práticas que o suportam, vai ter, por outro lado, implicações no processo de integração na sociedade de acolhimento, tanto da geração de imigrantes, como dos seus filhos” (Portes, 2006: 213-14). Por isso, um olhar atento a estas práticas transnacionais permite uma análise antecipada das estratégias dos imigrantes no que se refere à relação com os seus países de origem.

São múltiplos os exemplos históricos da existência de transmigrantes, de famílias transnacionais, de um estilo de vida transnacional ou de práticas transnacionais, que, enquanto “categorias de prática”, anteciparam em muito as “categorias de análise”⁴⁸ que deram origem ao conceito. Se nos detivermos apenas nos migrantes cabo-verdianos, e analisarmos as suas práticas em relação ao país de origem ao longo dos últimos dois séculos, facilmente nos apercebemos de múltiplas situações do que actualmente conceptualizaríamos como exemplos de transnacionalismo. Deidre Meintel, referindo-se às práticas dos imigrantes sazonais cabo-verdianos nos EUA no século XIX, menciona práticas de envio de remessas de diferentes tipos, os casamentos por procuração, o aparecimento de famílias transnacionais, etc. (Meintel, 2002: 26). Outros autores, ao estudarem outros nódulos migratórios dos cabo-verdianos na Europa, como a Itália, Portugal ou a Holanda, destacaram desde os anos 70 do século XX práticas transnacionais relacionadas com: as viagens inter-núcleos migratórios para férias, festas ou casamentos; o uso funcional do passaporte de um país da UE para facilitar a migração para outro país de UE; a participação em negócios no país de origem ou em países terceiros; os clássicos investimentos no país de origem (e.g. compra/construção de casa, aquisição de terrenos, pequenos negócios); a música; o desporto; ou o comércio tradicional.

O transnacionalismo não é, no caso cabo-verdiano, um fenómeno recente. É um fenómeno com raízes na clássica emigração laboral deste país, manteve algumas das suas práticas tradicionais ao longo do século XX e, de alguma forma, renovou-se com as ferramentas que a globalização colocou ao seu dispor. Trata-se, no essencial, de um conjunto de actividades assentes na manutenção de contactos mais ou menos regulares entre emigrantes e, sobretudo, os seus locais ou regiões de origem, facilitados pela comunicação quase instantânea permitida pelas novas tecnologias da informação. A definição destas práticas como transnacionais torna-se particularmente evidente se adoptarmos uma definição abrangente de transnacionalismo, tal como sugerida por Grosfoguel e Cordero-Guzmán que inclui quer os migrantes que mantêm múltiplos relacionamentos através de uma forte circulação física entre o país de origem e de destino, quer os que mantêm estes relacionamentos através de outros meios (envio de remessas, envio de bens, contactos com o país de origem, etc.) (Grosfoguel e Cordero-Guzman, 1998). Analisemos algumas das características deste transnacionalismo na actualidade.

⁴⁸ Sobre a distinção “categoria de prática” versus “categoria de análise” ver Bourdieu, 1991.

4. Práticas transnacionais concretas dos imigrantes cabo-verdianos

Nas ciências sociais, quando analisamos uma determinada realidade social fazêmo-lo utilizando conceitos que pretendem apreender em si o “objecto” a que se referem. A lógica construtiva por detrás de uma investigação implica, nomeadamente, formular hipóteses, desconstruir o objecto através de dimensões, indicadores e variáveis, analisar os dados obtidos, transformar o resultado em conceitos analítico-descritivos e, por fim, construir uma teoria que permita compreender o objecto analisado. Não é isto que encontramos no que se refere aos conceitos de transnacionalismo e de “práticas transnacionais”. Se nos limitarmos apenas ao conceito de “práticas transnacionais” e à sua construção enquanto objecto nas ciências sociais, parecem encontrar-se ainda algumas lacunas no que diz respeito às contribuições teóricas, que se traduzem numa relativa ausência de conhecimento empírico sobre as práticas transnacionais.

Ao mesmo tempo, os estudos de caso realizados sobre diferentes grupos migrantes revelam que se trata de um pequeno grupo que se encontra regularmente envolvido em práticas transnacionais de âmbito económico ou político, e uma grande maioria que, ocasionalmente, se envolve em tais actividades. Complementarmente, alguns estudos têm explorado a relação entre migrações e desenvolvimento, definindo a sua característica transnacional como um produto do capitalismo avançado, exercendo a sua influência sobre os países não industrializados ou periféricos, fazendo-os depender em muito das remessas dos próprios emigrantes, que, desta forma ou através de investimentos directos em iniciativas de desenvolvimento local, ligariam país de destino e país de origem em novas relações de dependência.

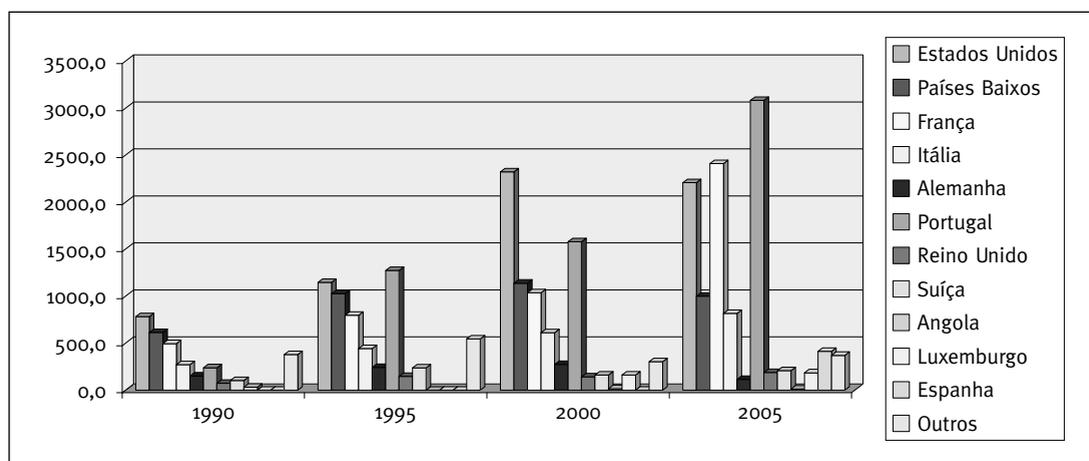
Enquanto actividades transnacionais, encontramos polarizada a discussão entre diferentes actividades atribuídas ao transnacionalismo dos imigrantes, bem expressa na dicotomia entre práticas *from below* e práticas *from above* como oposição caracterizadora (Smith e Guarnizo, 1999). Neste texto, optámos por uma separação entre práticas transnacionais colectivas e práticas transnacionais individuais, ambas podendo ser genericamente caracterizadas *from below*. Os actores transnacionais (individuais ou colectivos) desenvolvem formas activas de participação em processos económicos, políticos, cívicos e culturais, simultaneamente no local, região ou país de origem, como no local, região ou país de destino. Excluímos nesta definição a dimensão simbólica, aquela que une emocionalmente os diferentes indivíduos aos distintos locais onde foram socializados, muitas vezes referida como uma ligação indelével mas permanente. Temos porém em conta que esta ligação simbólica se traduz em consumos específicos: de gastronomia, dança, literatura, música, trajes e modas de vestuário, etc., que ligam origem e destino (e por vezes outros núcleos migratórios), estes sim capazes de se constituírem em práticas transnacionais. Através destes consumos, torna-se possível criar universos simbólicos transnacionais, “comunidades de sentimento”, identidades prospectivas, partilha de gostos, prazeres e aspirações (Appadurai, 1996) que, ao seu modo, ligam local, região e país de origem ao local, região ou país de destino. As práticas transnacionais detectadas distribuem-se por distintas esferas (e.g. política, cultural, económica, etc.), sendo que, como se compreende, por vezes as fronteiras entre elas são fluidas e o enquadramento de uma determinada prática transnacional numa das esferas questionável.

4.1. O transnacionalismo na dimensão económica

Se nos referirmos às relações dos cabo-verdianos com o país de origem, via telefone/telemóvel, carta, e-mail, através do envio de remessas financeiras ou outras, ou aproveitando portadores de viagem para envio de encomendas, podemos afirmar que a grande maioria dos imigrantes cabo-verdianos em Portugal se encontra envolvida em actividades transnacionais ocasionais.⁴⁹ De entre estas, destacam-se pela quantificação possível, as remessas financeiras formais e, nomeadamente, aquelas que se destinam ao sustento das famílias (sempre uma noção alargada de família) que permanecem no arquipélago.⁵⁰ No entanto, uma percentagem elevada destas remessas permanece à margem da formalidade e depende de outros actores transnacionais (o “bom portador” das cartas, o familiar ou o conterrâneo que leva uma encomenda) numa interessante dupla prática transnacional. Podemos, portanto, caracterizar estas práticas transnacionais como duais e complementares entre o formal e o informal, sendo que as segundas podem ser enunciadas mas não medidas. As remessas dos emigrantes têm constituído um factor muito importante para o equilíbrio da economia de muitas famílias em Cabo Verde e tem diminuído o défice da balança de transacções correntes do arquipélago. A evolução destas remessas financeiras formais pode ser analisada no gráfico seguinte, em que é possível notar que Portugal se assumiu, nos últimos anos, como o principal país emissor de remessas para Cabo Verde.

FIGURA 4.2

Remessas de emigrantes, por país de origem



Fonte: Banco de Cabo Verde (vários anos)

⁴⁹ Basta uma ida aos aeroportos em dia de voo para Cabo Verde para se entender a importância destes correios informais. Ultimamente estes correios têm também sido associados ao tráfico de droga internacional, uma das práticas transnacionais detectadas mas, como é óbvio, impossível de medir.

⁵⁰ Como seria de esperar, o envio regular de remessas é uma variável dependente da existência de familiares a cargo, isto é, à medida que ocorre o reagrupamento familiar ou a emigração de outros membros do agregado familiar as remessas tendem a diminuir em periodicidade e montante.

Ao nível das transferências financeiras para investimento no país de origem, quase sempre na localidade ou na ilha, destaca-se o que se destina à compra de terrenos ou de habitação. Complementarmente, os depósitos bancários nos bancos do país assumem alguma relevância. Outros investimentos como construção de casa própria ou investimento no imobiliário, comércio ou indústria têm um peso menor. Alguns exemplos esparsos de investimento em negócios de âmbito local (e.g. empresários que se envolvem no incipiente mercado de acções de Cabo Verde, criação de empresas ou *joint ventures* com empresas locais) surgem como exemplares mas não são generalizáveis. Recentemente foram criadas áreas específicas de negócio (e.g. em bancos ou empresas de promoção imobiliária) destinadas a captar as poupanças dos cabo-verdianos no exterior (e.g. fundos de investimento em turismo, fundos de investimento imobiliário, aquisição de habitação para arrendamento), mas são ainda muito incipientes os resultados obtidos.

Tomadas em conjunto, as práticas acabadas de referir exemplificam diferentes formas de os migrantes contribuírem para a constituição de espaços sociais e económicos que ligam o seu país/região de origem com o país de acolhimento. Trata-se de actividades que, em geral, são prosseguidas com alguma regularidade e de forma individual e familiar e em que o número de pessoas que se encontram directamente envolvidas não ultrapassa, comumente, os membros da rede familiar do migrante. Actividades que envolvem uma rede mais extensa de actores e que procuram, através de uma acção colectiva, contribuir para o desenvolvimento do país/região de origem ou para mitigar os efeitos de desastres naturais (como, por exemplo, incêndios ou inundações) são bastante menos frequentes e estruturadas.

4.2. Práticas transnacionais na esfera sócio-cultural

A cultura tem ganho uma relevância significativa enquanto elemento explicativo de muitos processos sociais e também no campo das migrações. Sobretudo na área da antropologia das migrações, a cultura (na sociedade de origem e na de destino) tem sido assumida como factor diferenciador dos tipos e modos de integração e na polarização das dinâmicas entre a assimilação e o vigor das práticas transnacionais. Não assumindo a cultura como uma variável explicativa exclusiva ou mesmo dominante na sociologia das migrações, a verdade é que é na esfera cultural que as práticas transnacionais dos migrantes cabo-verdianos se assumem com maior visibilidade quotidiana, de certa forma, obscurecendo outras esferas. A manutenção dos laços com o país de origem faz-se sobretudo a nível simbólico, através da utilização da língua de origem, da gastronomia, do consumo ou recepção de música, dos *media* ou literatura do país de origem, que se valorizam tanto ou mais do que a do país de acolhimento. A dinâmica da produção e/ou dos consumos culturais dos cabo-verdianos em Portugal surge, provavelmente, como o aspecto mais notável do transnacionalismo cabo-verdiano enquanto partilha vivencial entre sociedades. Este transnacionalismo centra-se, sobretudo, em quatro domínios da esfera cultural cabo-verdiana: a música, a língua, a dança e a gastronomia, com importância e influência diferenciadas.

A música constitui um exemplo de interligação de práticas transnacionais de consumo e de produção que abrange a quase totalidade dos cabo-verdianos em Portugal. Tendo embora uma população reduzida, Cabo Verde é um país com uma elevada projecção musical. Artistas cabo-verdianos têm uma circulação global no âmbito da chamada *world music*, em paralelo com uma circulação entre os países ou as cidades que acolhem imigrantes cabo-verdianos (Esteves e Caldeira, 2001). Os produtores e consumidores podem encontrar-se indiferenciadamente em Portugal, em Cabo Verde ou em outros países, mas a ligação transnacional da música é uma constante.⁵¹ Grande parte da produção de música de origem cabo-verdiana é realizada por indivíduos de origem cabo-verdiana que se encontram fora de Cabo Verde, num âmbito transnacional (Cidra, 2005). A produção e consumo de música cabo-verdiana são, neste âmbito práticas transnacionais de alta intensidade (Góis, 2005). No caso específico da música cabo-verdiana, Lisboa funciona como um local com efeito potenciador de um transnacionalismo ligado a práticas culturais específicas que se prolongam, aliás, em outros domínios como a língua. Ao possibilitar uma interacção entre culturas locais da origem dos imigrantes e as culturas do local de destino, a música (e a língua em menor dimensão) permitem compreender a lógica do transnacionalismo como um território único de acção social em que os imigrantes já não estão desenraizados, mas, ao contrário movem-se livremente de um lado para o outro através de culturas e sistemas sociais diferentes (Brettel e Hollifield, 2000).

4.3. As práticas transnacionais na esfera política

Uma das características contemporâneas do transnacionalismo migrante mais interessante e desafiadora tem a ver com as potenciais redes de intervenção e/ou de participação política em mais do que um Estado.⁵² Poder eleger e ser eleito, participar politicamente no país de origem e no país de destino, influenciar decisões em dois Estados é um desafio que se pode concretizar em diferentes tipos de práticas transnacionais. Analisadas as práticas concretas, estas ficam aquém do que esperaríamos. Há, evidentemente, uma carga simbólica neste tipo de práticas que, no caso cabo-verdiano, tem origem nos movimentos de luta pela independência de Cabo Verde em 1975 e na abertura do país ao sistema multipartidário em 1991. Tanto no primeiro como no segundo caso, foi muito importante a participação política de académicos, artistas ou intelectuais que se mobilizaram no exterior dos respectivos países. A análise dos dados estatísticos demonstra, porém, que a participação política dos migrantes cabo-verdianos, como eleitores ou como candidatos, nos momentos eleitorais nos países de origem e nos países de destino tem sido residual.

A não participação nas recentes eleições presidenciais e legislativas em Cabo Verde é duplamente elevada: por um lado, um défice de registo como eleitor – o grupo de eleitores registados oficialmente é muito inferior ao número de potenciais eleitores (indivíduos com nacionalidade cabo-verdiana maiores de 18 anos); por outro, uma grande abstenção no dia das eleições.

⁵¹ O mercado musical português é, imediatamente após Cabo Verde, o de maior consumo da música cabo-verdiana.

⁵² Veja-se a possibilidade de um imigrante com dupla nacionalidade poder eleger dois presidentes em dois países distintos.

No domínio da participação política em Portugal, duas são as possibilidades: (i) quando se trata de cabo-verdianos com nacionalidade portuguesa, participação eleitoral plena; ou (ii) na circunstância de indivíduos apenas com nacionalidade cabo-verdiana, participação apenas nas eleições para as autarquias locais (municípios e juntas de freguesia), caso sejam possuidores de uma autorização de residência válida. Também neste caso os níveis de registo e participação são muito baixos, demonstrando um défice de integração neste sistema funcional, tanto no que se refere ao país de origem como ao de destino. A análise das entrevistas realizadas confirma este facto: a fraca mobilização e participação política dos cabo-verdianos nega o simbolismo (e a potencialidade) deste tipo de práticas transnacionais.⁵³

4.4. O uso das tecnologias de informação e comunicação: uma esfera emergente

A aceleração dos processos de globalização e a importância do desenvolvimento das novas tecnologias de informação e comunicação, bem como a modernização e democratização dos transportes, vieram facilitar as ligações entre (e intra) os cabo-verdianos emigrados e o arquipélago de origem. Quer as tecnologias de comunicação tradicionais (e.g. cartas, telefone), quer as novas tecnologias de informação e comunicação (e.g. internet, rádios *on line*, televisões globais, telemóveis), sobretudo nas suas mais modernas aplicações (e.g. *sms*, *blogs*, *web pages*, *my space*, *you tube*, etc.), são utilizadas por cabo-verdianos emigrados na sua ligação entre (pelo menos) duas nações. Estas novas tecnologias são, como afirmam Manuel Castells e colaboradores, mais um elo na ligação da estruturação de uma sociedade global em rede (Castells *et al.*, 2007).

As novas tecnologias influenciam o modo como se estruturam as práticas transnacionais nas diversas dimensões consideradas (económica, cultural, política, social e demográfica e informacional). Nas suas diversas formas, encontram-se exemplos de aproveitamento destas tecnologias, nomeadamente, para uso político (envio de *sms* aos potenciais eleitores), cultural (criação de *blogs* dedicados à música do arquipélago de origem), económico (realização de contactos comerciais), social (uso da internet para a manutenção de contacto entre as famílias emigradas). As novas tecnologias vêm refazer e ao mesmo tempo alargar as redes de contactos. É através desta via que, por exemplo, as comunidades mais antigas como a dos cabo-verdianos nos Estados Unidos da América, Argentina, ou Senegal, onde alguns dos primeiros migrantes já haviam perdido os contactos com a origem, podem recuperar esses contactos com Cabo Verde ou com cabo-verdianos emigrados em outros países. São, deste modo, e em complemento ao envio de remessas, preservados os valores de solidariedade e a sustentabilidade das famílias no país de origem. Em alguns casos específicos, como situações de emergência, projectos temporários (como as eleições) ou acontecimentos desportivos, estas redes desempenham um papel estruturante na manutenção dos laços entre os que ficaram no país de origem e os que emigraram.

⁵³ Mesmo quando as últimas eleições presidenciais (2006) são decididas nos círculos eleitorais fora de Cabo Verde. A título de exemplo refira-se que o número de votantes nas eleições legislativas ou nas presidenciais de 2006 não ultrapassou os 5000 em toda a Europa, face a cerca de 32 000 eleitores inscritos e a mais de 100 000 eleitores potenciais.

Estas tecnologias de informação e comunicação contribuem para uma activação de redes sociais solidárias a longa distância, uma das características inerentes ao transnacionalismo contemporâneo, capazes de mobilizar os imigrantes e de os transformar em mediadores entre as sociedades de origem e de destino. Alejandro Portes enfatiza a importância do domínio das tecnologias de comunicação pelos indivíduos inseridos nas redes sociais transnacionais. Normalmente, trata-se de indivíduos bilingues que se movem facilmente entre as duas culturas, e que frequentemente mantêm casas nos dois países, perseguindo interesses económicos, políticos e culturais que requerem a sua presença nos dois lados (Portes, 1997). Estes transmigrantes fazem parte de lógicas contra-hegemónicas que desterritorializam ou reterritorializam as nações num espaço global, complexificado em múltiplos espaços sociais, políticos, económicos e culturais transnacionais nos quais o uso das novas tecnologias se reveste de grande importância (Góis, 2006).

5. Transnacionalismo individual/familiar mais do que comunidades transnacionais

O transnacionalismo cabo-verdiano é essencialmente um transnacionalismo de base familiar. A família, na tradição cabo-verdiana, é um valor omnipresente, e é assumido um conceito de família abrangente (simultaneamente “extensa” e “(re)construída”),⁵⁴ baseado não unicamente na ascendência comum mas na vivência em comum (Malheiros, 2001). Este transnacionalismo de base familiar, e as práticas que lhe estão associadas, não é uma característica singular da migração cabo-verdiana, tendo já sido identificado em outros grupos migrantes e também como base de sustentação das redes migratórias (Bryceson e Vuorela, 2002).

A história de Cabo Verde revela uma tradição no que diz respeito à emigração, e pode-se dizer que a esmagadora maioria das famílias estão directa ou indirectamente envolvidas nesse processo migratório. No caso das migrações cabo-verdianas, a família, as redes sociais organizadas em torno da família, do local de origem, da ilha de origem, do país de origem, ou da “nação étnica” imaginada estruturam e condicionam, em sucessivos níveis de importância, o processo migratório e as práticas transnacionais exercidas. Um bom exemplo pode ser encontrado no que Malheiros (2001) caracterizou como uma cultura migratória activa consubstanciada num “saber circular” entre os diferentes núcleos migratórios na Europa,⁵⁵ uma das práticas transnacionais mais citadas. O mesmo autor demonstra, num trabalho sobre as comunidades cabo-verdianas em Lisboa e Roterdão, que as iniciativas transnacionais mais correntes se situam no plano individual e familiar (Malheiros, 2001). Essas iniciativas têm lugar, a maior parte das vezes, directamente do local de destino para o local de origem, pelo que mais do que práticas transnacionais talvez devêssemos usar o termo “translocalidades”, proposto por Michael Smith e Luís Guarnizo (1999).

⁵⁴ Extensa – pais, filhos e outros parentes vivendo em proximidade. Reconstruída – pais vivendo com filhos de outros casamentos anteriores.

⁵⁵ Esta circulação migratória inter-núcleos cabo-verdianos na Europa decorre no seio da família, sendo habitual os cabo-verdianos de Lisboa passarem uns dias no Luxemburgo, em França ou na Holanda em casa dos seus familiares e vice-versa.

A relevância das relações familiares e individuais no exercício de actividades transnacionais por parte dos migrantes cabo-verdianos encontra-se plasmada no quadro seguinte, que sumariza estas práticas transnacionais, assim como as que, devido à economia do texto, não tiveram um tratamento mais alargado. Como é possível verificar, através de uma rápida análise da tabela, a importância da esfera familiar/individual no desempenho de actividades transnacionais contrasta, em todas as esferas de acção consideradas, com a comparativamente menor participação dos migrantes em iniciativas transnacionais de natureza colectiva. Para além deste aspecto, o referido quadro documenta a considerável heterogeneidade do conjunto de práticas transnacionais seguidas pelos migrantes cabo-verdianos.

QUADRO 4.1

Práticas transnacionais dos migrantes cabo-verdianos

	Migrantes cabo-verdianos	
	Individuais/Familiares	Colectivas
Esfera Económica	<ul style="list-style-type: none"> – Envio de remessas e investimento (habitação, negócios e terrenos; – Envio de bens diversos; – Empréstimos de âmbito familiar; – Depósitos bancários no país de origem; – Envio de bilhetes de avião ou ajuda na sua aquisição. 	<ul style="list-style-type: none"> – Organização de festas religiosas; – Festivais de música.
Esfera social-cultural	<ul style="list-style-type: none"> – Manutenção do uso da língua materna (crioulo cabo-verdiano); – Bilinguismo; – Consumo da música cabo-verdiana; – Emigração e retorno; – Visitas regulares; – Associativismo (cooperação e intercâmbio); – Re-emigração; – Visitas aos parentes e conterrâneos em países terceiros. 	<ul style="list-style-type: none"> – Circulação de músicos e de música; – Estruturação e desenvolvimento do crioulo; – Circulação de escritores e literatura; – Criação de editoras musicais; – Organização e participação em torneios desportivos; – Casamentos mistos.
Esfera política	<ul style="list-style-type: none"> – Reduzida participação eleitoral; – Participação esporádica em actividades políticas. 	<ul style="list-style-type: none"> – Circulação de candidatos às eleições de Cabo Verde (círculos de emigração); – Organização exterior dos partidos de Cabo Verde; – Organização dos congressos dos quadros na diáspora.
Esfera Informação/Comunicação	<ul style="list-style-type: none"> – Contactos pessoais na internet (<i>e-mail</i>, programas tipo <i>Messenger</i>); – Criação de sites, blogues, etc.; – Utilização de espaços de intercâmbio (Youtube, my space, etc.); – Correspondência, telefonemas e envios de <i>sms</i>; – Procura de ligações ancestrais. 	

Conclusão

A manutenção de relações dos migrantes com o seu país de origem constitui uma característica comum à generalidade dos processos migratórios. Na actualidade, parte destes relacionamentos são interpretados através do recurso a novos conceitos que procuram reflectir a intensidade, imediaticidade e simultaneidade dos relacionamentos que se desenvolvem entre migrantes e as diferentes esferas da sociedade de origem.

Como descrito ao longo deste texto, são diversas as formas de os migrantes se relacionarem com o seu país de origem (quer em termos factuais, quer em termos emocionais ou simbólicos), assim como são diversos os graus com que os diferentes grupos de migrantes se envolvem nestes relacionamentos. Tomadas em conjunto, as actividades transnacionais dos migrantes mostram claramente que o seu envolvimento é, à excepção de práticas específicas (como, por exemplo, o envio de remessas), muito limitado e, com frequência, esporádico. Ao carácter limitado das práticas transnacionais há a acrescentar a variabilidade dessas mesmas práticas. Trata-se de uma variação que reflecte, sobretudo, o momento e o contexto em que se produzem os diferentes fluxos migratórios cabo-verdianos para Portugal, assim como as formas de participação dos migrantes na sociedade de acolhimento e nas suas diferentes esferas constituintes. A explicitação destas variáveis pode, assim, ajudar a compreender as variações (e, também, algumas semelhanças) verificadas nas práticas transnacionais dos migrantes em estudo.

Relativamente ao primeiro conjunto de variáveis (momento e contexto da migração), é de realçar que os imigrantes cabo-verdianos em Portugal e as várias gerações dos seus descendentes são o resultado de diferentes fases migratórias e distintos ciclos de migrações. Em resultado deste facto, apresentam uma grande heterogeneidade e distintos modos de inserção em diferentes sistemas funcionais da sociedade portuguesa, diferentes estatutos sociais, pertença a distintas classes sociais e, como consequência, distintas práticas transnacionais. De uma maneira geral, pode afirmar-se que os imigrantes cabo-verdianos apresentam projectos migratórios distintos que variam entre um projecto migratório (de facto) permanente em Portugal (ou quando muito numa re-emigração a partir de Portugal) e um projecto migratório de média-longa duração com um projectado retorno a Cabo-Verde (que, frequentemente, se transforma numa ilusão de regresso). De acordo com os projectos migratórios, as práticas transnacionais adoptadas são distintas.

Colocados perante estas características, que apresentam tanto de semelhanças como de diferenças, o que nos leva a pensar que apresentem práticas transnacionais comparáveis? Várias causas, – cada uma delas de importância diferenciada – contribuem para definir este transnacionalismo, e as práticas transnacionais dos imigrantes a ele associadas, como um transnacionalismo de baixa intensidade. Como exemplo, destacamos a causa económica. A conclusão a retirar da investigação realizada é a de que a existência de capital económico disponível potencia a existência de determinadas práticas transnacionais (e.g. envio de remessas, investimento no país de origem, etc.) e a ausência deste tipo de capital torna as práticas transnacio-

nais muito mais esparsas. Se é certo que ocasionalmente, todos (ou quase todos) os migrantes se envolvem em práticas transnacionais, poucos de entre eles vivem, de facto, partilhando a sua vida entre duas sociedades. A principal razão por que o não fazem é porque não podem. Claro que, num domínio simbólico, uma grande maioria de imigrantes viverá vidas paralelas entre a origem e o destino. Esta dimensão do simbólico concretiza-se em produções e consumos culturais da maior importância para os países de origem e de destino (e.g. gastronomia, música, língua, literatura e dança) que torna as sociedades de acolhimento mais diversas e permite às sociedades de origem manter vivas práticas culturais que estariam condenadas ao desaparecimento. A globalização, o desenvolvimento dos transportes, o avanço das tecnologias de informação e comunicação vieram permitir manter os laços entre os que partiram e os que ficaram durante mais tempo, de forma mais sustentada e, talvez, ao longo de gerações. O que não fez foi tornar em actores transnacionais a maioria dos migrantes transnacionais.

Uma última nota para que o essencial não fique por dizer. Estudar o transnacionalismo a partir da análise das práticas que sustentam a caracterização de determinado movimento como transnacional torna evidente a dificuldade de generalizar a todos os migrantes o exercício de práticas transnacionais de intensidade semelhante. Como já reconhecido por outros autores (Portes, 2004), somente uma reduzida proporção de migrantes se envolve em práticas que se poderão considerar como transnacionais num sentido, por vezes, bastante lato e controverso.

O estudo destas práticas, tal como realizado no presente texto, mostra, ainda, a necessidade de desenvolver e aperfeiçoar os instrumentos a utilizar na medição de actividades sociais, económicas e políticas de cariz transnacional. As metodologias empregues na diversidade de estudos neste campo, incluindo o presente, recorre, maioritariamente a metodologias qualitativas. Como os diversos manuais de metodologia nos ensinam, trata-se de um conjunto de metodologias importantes para caracterizar um aspecto da realidade social ou para tornar evidentes aspectos não captáveis através de uma análise puramente estatística. Não permitem, porém, proceder à generalização ou extrapolação para o conjunto da população dos resultados obtidos. Esta limitação não tem, infelizmente, obstado a que alguns investigadores, a partir de estudos de caso (e, por vezes, com base na sua intuição pessoal gerada com base nesses estudos) generalizem a todos os migrantes que se encontram em situações semelhantes ao caso estudado. Não queremos que seja o caso no presente artigo. Neste sentido, assumimos que as generalizações categoriais formuladas possam ser abusivas e que, apesar de ser possível encontrar actores sociais que sejam verdadeiros migrantes transnacionais, partilhando as suas vidas quotidianas entre mais do que um país, a maioria das migrantes só em sentido bastante lato se envolve neste tipo de actividades transnacionais. Pensamos, assim, que o nosso trabalho vem chamar a atenção para o que alguns críticos do transnacionalismo vêm sublinhando. O transnacionalismo e as suas práticas não colocam em questão os mecanismos e processos de progressiva assimilação social em que (lenta mas de forma contínua) os imigrantes genericamente incorrem. Em distintos sistemas funcionais (e.g. político, económico, cultural) essa assimilação social não constitui um resultado imediatamente inevitável da imigração, sendo processada de forma diferenciada e a ritmos e velocidades também desiguais (e talvez distintos de ritmos passados). Diga-se que essa assimilação social não ocorre sem transformações (na sociedade de origem

como nas sociedades de destino), pelo que as práticas transnacionais são, sobretudo, elos de ligação entre tempos e espaços distintos.

Referências Bibliográficas

- APPADURAI, Arjun (1996), *Modernity at large : cultural dimensions of globalization*, Minneapolis, Minn.: University of Minnesota Press.
- BASCH, Linda G., SCHILLER, Nina Glick e BLANC, Cristina Szanton (1994), *Nations unbound: transnational projects, postcolonial predicaments, and deterritorialized nation-states*, Luxembourg, Gordon and Breach.
- BOURDIEU, Pierre (1991), *Language and Symbolic Power*, Cambridge, Mass.: Harvard University Press.
- BRETTELL, Caroline e HOLLIFIELD, James Frank (2000), *Migration Theory: Talking Across Disciplines*, New York, Routledge.
- BRYCESON, Deborah Fahy e VUORELA, Ulla (2002), *The transnational family: new European frontiers and global networks*, Oxford; New York, Berg.
- CASTELLS, Manuel; FERNANDEZ-ARDEVOL, Mireia; QIU, Jack Linchuan e SEY, Araba (2007), *Mobile Communication and Society*, Boston, Mass.: MIT Press.
- CIDRA, Rui (2005), “Migração, performance e produção de fonogramas: músicos em viagem entre Cabo Verde e Portugal”, in *Cape Verdean Migration and Diaspora*, Centro de Estudos de Antropologia Social, Lisboa, 6-8 Abril 2005.
- ESTEVES, Alina e CALDEIRA, Maria J. (2001), “Reinventing cultures: The contribution of the Cape Verdean community to the cultural dynamics of Lisbon”, in KING, Russel (ed.), *The Mediterranean Passage*. Liverpool, Liverpool University Press, pp. 95-118.
- FONER, Nancy (1997), “What’s new about transnationalism? New York immigrants today and at the turn of the century”, *Diaspora*, vol. 6, n.º 3, pp. 355-375.
- GÓIS, Pedro (2005), “Low intensity transnationalism: The Cape Verdian Case”, *Wiener Zeitschrift für kritische Afrikastudien / Vienna Journal of African Studies, Stichproben* n.º 8, pp. 255-276.
- GÓIS, Pedro (2006), *Emigração Cabo-Verdiana para (e na) Europa e a sua Inserção em Mercados de Trabalho Locais: Lisboa, Milão e Roterdão*, Lisboa, ACIME.
- GÓIS, Pedro e MARQUES, José Carlos (2006), “Portugal as a semiperipheral country in the global migration system”, Conference on Lusophone Migration, Georgetown University, Washington DC, November 17-19.
- GROSGOQUEL, R. e CORDERO-GUZMAN, H. (1998), “International Migration in a Global Context: Recent Approaches to Migration Theory”, *Diaspora*, vol. 7, n.º 3, pp. 351-368.
- ITZIGSOHN, José *et al.* (1999), “Mapping Dominican transnationalism: Narrow and broad transnational practices”, *Ethnic & Racial Studies*, vol. 22, n.º 2, pp. 316-339.
- ITZIGSOHN, José e SAUCEDO, Silvia Giorguli (2002), “Immigrant incorporation and sociocultural transnationalism”, *The International Migration Review*, vol. 36, n.º 3, pp. 766-798.
- MALHEIROS, Jorge (2001), *Arquipélagos migratórios: transnacionalismo e inovação*. Dissertação de Doutoramento. Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- MEINTEL, Deirdre (2002), “Cape Verdean Transnationalism, Old and New”, *Anthropologica*, vol. XLIV, pp. 25-42.

- MOLDES-FARELO, Rocío (2000), “Inmigrantes Jubilados: La invención del ocio y la fantasía del retorno”, comunicação apresentada ao II Congresso ‘Inmigración en España: España y las Migraciones Internacionales en el cambio de siglo’ organizado pelo Instituto Universitario de Estudios sobre Migraciones, Madrid, 5-7 de Outubro (policopiado).
- PORTES, Alejandro (1997), “Immigration theory for a new century: some problems and opportunities”, *International Migration Review*, vol. 31, n.º 4, pp. 799-825.
- PORTES, Alejandro (2004), “O estudo do transnacionalismo imigrante”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 69, pp. 73-93.
- PORTES, Alejandro (2006), “Os debates e o significado do transnacionalismo migrante”, in Alejandro Portes (ed.), *Estudos Sobre as Migrações Contemporâneas. Transnacionalismo, Empreendedorismo e a Segunda Geração*. Lisboa, Fim de Século, pp. 201-244.
- SMITH, Michael e GUARNIZO, Luis (1999), *Transnationalism from Below*, New Brunswick and London, Transaction Publishers.
- VERTOVEC, Steven (2001) “Religion and diaspora”, ESRC Transnational Communities Research Programme, *Working Papers* 01-01, Oxford.